

Ata Circunstanciada da 46ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 46ª (QUADRAGÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 28 DE MAIO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H03MIN

TÉRMINO ÀS 17H31MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de terça-feira, 28 de maio de 2024, às 15 horas 3 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Solicito aos deputados que desçam para que possamos votar os importantes projetos. É importante que os deputados estejam aqui no horário. Portanto, convoco todos os parlamentares que estejam nesta casa para que compareçam ao plenário a fim de iniciarmos os Comunicados de Líderes, os Comunicados de Parlamentares e votarmos os projetos, em especial o projeto da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 45ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Não há quórum. Vou suspender a sessão por 10 minutos.

Mais uma vez, convoco os deputados para virem ao plenário. Que sejamos céleres nas votações, pois há projetos extremamente importantes a serem apreciados.

Havia um acordo para que esse projeto chegasse aqui no final de fevereiro ou no início de março, mas depois o prazo ficou para o final de março, e o semestre está terminando. Essa categoria tem sido extremamente prejudicada. Ela tem dedicado toda a sua vida, todo o seu trabalho em prol da saúde dos moradores do Distrito Federal. O Distrito Federal demorou, mas fez a sua parte; agora, está na hora de esta casa fazer a sua: votar e aprovar hoje esse importante projeto.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Paula Belmonte, deputado Ricardo Vale e deputado Jorge Vianna, muito obrigado.

Mais uma vez, convoco os deputados a virem para o plenário.

O deputado Jorge Vianna é da área da saúde; então, obviamente, tem um carinho especial por essa área.

Está faltando 1 deputado para começarmos os nossos trabalhos. Já que os deputados vão chegar mais tarde; então, pelo menos, vão falar pouco hoje. (Pausa.)

Há 6 parlamentares presentes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores, servidores da casa, boa tarde. Boa tarde ao meu amigo Ivan Rodrigues, que está aí. Desejo uma boa tarde especial para quem está assistindo a nós e para essa categoria tão importante da saúde que são os ACS. (Palmas.)

Chegou o grande dia, pessoal! Estamos torcendo para todo mundo vir ao plenário para votarmos isso o mais rápido possível. Chega dessa novela! Vamos para os próximos capítulos. Fiquem ansiosos que logo nós estaremos com essa vitória.

Presidente, eu queria dizer, inicialmente, que eu estive hoje em Anápolis, cidade vizinha de Goiás. Fui informado de que uma empresa, um hospital chamado *Ânima*, que é do grupo Santa, de Brasília, não está pagando o piso salarial para os trabalhadores. Até aí não há novidade para ninguém, porque os hospitais do Brasil afora estão negociando, estão tentando burlar isso. Estaria tudo certo se não fosse por um detalhe: como o hospital de lá é de uma rede do Distrito Federal, eu recebi a denúncia de que um hospital daqui, da rede daqui, mandou uma *van* com profissionais de enfermagem para o estado de Goiás para suprir a falta dos profissionais técnicos de enfermagem que estavam no movimento de greve.

Ora, eu queria saber de verdade – ainda estou investigando –, primeiro, se isto é possível: uma empresa sair de um estado para o outro para mandar trabalhadores. Eu acho isso estranho. Segundo, trabalhadores de enfermagem para trabalhar em outro estado precisam ter o registro, a autorização do Conselho Regional do seu estado. Isso não é bagunçado assim, não!

O profissional não pode sair de Brasília e ir para outro lugar para atuar sem o registro. Tenho certeza de que eles foram coagidos, porque ninguém quer sair do seu estado para trabalhar em um lugar – e ainda mais à noite! Uma *van* sai de Brasília para Anápolis com profissionais técnicos de enfermagem para suprir a falta de profissionais naquele hospital. Onde já se viu isso? Isso é caso de polícia! Isso é caso inclusive para a Delegacia Regional do Trabalho. O trabalhador não pode ser submetido a isso. O trabalhador não pode ser obrigado a sair do seu estado para suprir falta de profissionais de outro hospital.

Vou comunicar isso ao hospital e procurar saber que autorização que ele teve. Infringiram a lei do exercício profissional, a Lei nº 7.498/1986. Não achem que a enfermagem é bagunçada e que qualquer pessoa pode atuar no nosso lugar. Inclusive eu ouvi de trabalhadores lá hoje que havia pessoas da administração do hospital atuando no lugar do profissional de enfermagem. Vou fazer um comunicado ao Coren do estado de Goiás para que ele possa também averiguar isso, a fim de que todos sejam punidos na sua proporção.

Senhoras e senhores, eu sou o deputado da saúde, porque eu sou da área da saúde. Se eu fosse da área da segurança, eu seria o deputado da segurança. Se eu fosse da área da educação, eu seria o deputado da educação. Eu sou o deputado da saúde. Eu fui o deputado que mais colocou recurso na saúde até hoje na história de Brasília. Isso não é obrigação, mas é prioridade. Eu sei que há deputado cuja prioridade é a cultura – *ok*. Eu sei que há deputado que prioriza o esporte – *ok* –, educação, obras, qualquer área. A minha prioridade é diferente; é a saúde. Não é à toa que eu coloco de 60% a 70% das minhas emendas na saúde. Isso me torna deputado da saúde, sim.

Por que eu estou falando isso? Porque começou a discussão: “Deputado, deputado, a CPI, a CPI”. Pessoal, ninguém pode fazer nada de forma atabalhoada, porque o resultado pode ser desastroso. Nós estamos avaliando a situação. Não é porque um grupo de parlamentares protocolou um pedido que nós temos cegamente que assiná-lo. Esperem aí! Na CPI da Saúde passada, eu assinei o pedido. Quem foi o primeiro a discutir aqui a expansão do Iges para o Instituto de Cardiologia?

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, um minuto para concluir, por

favor.

DEPUTADO JORGE VIANNA – O primeiro a discutir a expansão do Iges para o Instituto de Cardiologia fui eu. Nós a barramos. Eu votei contra todos os projetos do governo que eram nocivos aos trabalhadores, à população. Eu votei contra o aumento da previdência social para os servidores. Votei contra!

Essa história de deputado da base, deputado de oposição... Eu tenho um mandato de deputado, e ninguém manda nele. Aliás, mandam sim: os que votaram em mim. Com estes eu tenho, sim, esse dever de falar e tenho o dever de fazer a minha prestação de contas a eles – e só a eles. (Palmas.)

Então, não venham querer pressionar o deputado da saúde, porque “o deputado da saúde deveria preencher e indexar o pedido de CPI”. Vou fazê-lo quando eu achar que deve ser feito. Nós não podemos simplesmente...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – ... dar autorização para uma CPI que sequer, inclusive...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, encerre o seu discurso, por favor. Por gentileza, encerre-o.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Presidente, eu vou continuar em um próximo discurso. Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Agradeço ao deputado Jorge Vianna.

Vou pedir a todos os deputados que cumpram o tempo. Eu vou dar mais 1 minuto no máximo. Após esse 1 minuto, eu precisarei encerrar o discurso. As falas estão durando muito, há muitos pedidos de aparte e pedidos de questão de ordem. Isso está protelando a sessão e está havendo um esvaziamento do plenário. Hoje nós temos matérias importantes para votar. Eu não posso permitir que saiamos daqui sem essa votação garantida. (Palmas.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando Almeida.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde. Cumprimento as pessoas na nossa galeria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Iolando, deixe-me fazer uma correção, desculpe-me. Eu falei “Comunicados de Parlamentares”. A assessoria pediu para que eu retificasse: estamos nos “Comunicados de Líderes”. Obrigado. Eu tinha me equivocado. Perdão, deputado.

DEPUTADO IOLANDO – Obrigado, presidente.

Cumprimento as pessoas na nossa galeria, todos que estão com seus requerimentos.

É uma honra muito grande tê-los aqui novamente. Vejo o Iuri, que representa todo o segmento dos Avas, dos ACS. Deus abençoe a vida de vocês! Diante de muitas discussões, diante de muitas lutas e batalhas, espero que hoje nós tenhamos êxito nessa votação que dará um prosseguimento à vida de cada um de vocês. Obrigado pelo carinho.

Presidente, eu quero fazer uma apresentação. Ontem, houve um encontro fechado com o Colégio de Líderes, com exemplar participação de todos os parlamentares – 23 parlamentares, com exceção de um que estava de licença médica. Todos os outros participaram, desde as 14 horas, da reunião convocada pelo nosso presidente para, reunidos, recebermos a visita da nobre secretária de Saúde, a doutora Lucilene; do Gustavo Rocha, secretário da Casa Civil; e do Juracy, que é o presidente do Iges. Ali foi falado, durante quase 3 horas de reuniões, sobre um fato muito importante. Eles apresentaram vários dados com relação à situação real da saúde do Distrito Federal após esses inúmeros casos de situações trágicas.

Eu trago alguns apontamentos muito importantes que eu acredito que vão dar uma base de esclarecimento à nossa população, à população do Distrito Federal que acompanha o governo Ibaneis, bem como a gestão desta casa, todos os 24 parlamentares e toda a gestão do governo, o secretário de Estado que representa o Governo do Distrito Federal. Nessas anotações, eu identifiquei o quanto, deputado Jorge Vianna, o governador tem tido sensibilidade com os servidores do quadro da saúde e com todos os outros. Em especial, nós vamos falar sobre a saúde do Distrito Federal.

Eu fiz algumas anotações importantíssimas. Por exemplo, há, no quadro do GDF, 31.500 servidores públicos na área da saúde, entre enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos e afins. Essa é uma carreira grande, com mais de 31 mil servidores públicos. O governo possui, por ano, a despesa de 8,7 bilhões de reais para investimento na saúde. Somente com pessoal, 8,7 bilhões de reais são pagos, são investidos nos nossos servidores da saúde para poderem ajudar, auxiliar, contribuir com o bem-estar da população do Distrito Federal. O Fundo Constitucional manda exatamente 7 bilhões ao Governo do Distrito Federal. Onde está esse outro 1 bilhão e 700 milhões de reais? O governo naturalmente tira da Fonte 100 e investe no complemento da folha de pagamento dos 31.500 servidores. Esse é um número bastante grande. A saúde é uma pasta que só perde para a educação, que tem um orçamento de mais de 12 bilhões de reais. Há muito dinheiro investido. Mas, claro, sabemos que a máquina pública no Distrito Federal tem 399 equipamentos públicos de saúde. Repito: há 399 equipamentos públicos na área da saúde. Há 16 hospitais públicos, 176 UBS, 18 Caps, 13 UPAs e ainda estão surgindo mais 7 UPAs para complementar a estrutura – haverá 20 UPAs no Distrito Federal. Há 399 equipamentos que dão condição a mais de 3 milhões de habitantes da nossa capital, do Distrito Federal. Esse é um número importante e significativo.

O governo fez e está fazendo constantemente a convocação...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Recentemente, nesta casa, votamos e apresentamos ao governo um pedido de convocação de 261 novos médicos no sistema temporário da Secretaria de Saúde, para nos dar um suporte na área da saúde. O governo tem estado atento, o governador Ibaneis tem estado atento.

Por exemplo, em 2022, havia 324 UTIs para suprir toda a necessidade do Distrito Federal. Em 2024, o governo aumentou para 603 o número de leitos de UTI, ou seja, quase triplicou a quantidade de UTIs para dar suporte à nossa população, que tem passado pelo estado de calamidade na saúde, primeiro com a pandemia, agora com a dengue.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vossa excelência tem um minuto para concluir, deputado.

DEPUTADO IOLANDO – Obrigado, presidente.

Eu tenho acompanhado e visto que o governador Ibaneis tem tido esse carinho, esse lado ligado à causa dos servidores, em especial na área da saúde.

Ontem mesmo, no *Diário Oficial do Distrito Federal*, o governador convocou 221 técnicos de enfermagem, 149 médicos e 122 enfermeiros, que foram contratados para complementar essa parte.

O governo também chamou mais 200 médicos generalistas para dar um suporte à saúde. Então, há hoje 4.508 médicos, 4.800 enfermeiros e 4.000 técnicos de enfermagem na rede pública de saúde do nosso Distrito Federal.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para concluir, deputado.

DEPUTADO IOLANDO – Concluo, agora, em definitivo, presidente.

O governador Ibaneis tem tido um carinho especial, tem tido um lado afetivo pelo Distrito Federal e, em especial, pela saúde. Então, temos que entender que aquele foi um momento atípico, foi uma situação atípica. Mas o governador tem tido preocupação e está atento à situação do Distrito Federal.

Ele não parou a saúde em prol de construir as escolas, de construir viadutos, estradas, de fazer investimentos bilionários no Distrito Federal – ele não parou! O governador está dando continuidade também a construções e melhorias na área da saúde.

Acredito que o governador tem estado feliz por tudo que tem acontecido no Distrito Federal, pelas causas boas que ele tem prestado à população do Distrito Federal.

Muito obrigado, presidente.

Obrigado a todos que nos ouviram na galeria. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando.

Esta presidência comunica a ausência da deputada Doutora Jane e do deputado Pastor Daniel de Castro. Suas excelências estão realizando uma visita institucional ao Centro de Reintegração Social da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Paracatu, em Minas Gerais, acompanhando o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Suas ausências estão devidamente justificadas, pois os deputados estão representando a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde.

Quero saudar todas as pessoas na galeria. Parabéns aos Avas e aos ACS por essa vitória importante, neste momento do Distrito Federal! Parabéns também aos aprovados da CLDF! Esperamos tão logo todos efetivados neste nosso lugar!

Desde a semana passada, nós estamos com um assunto que, infelizmente, não é novidade no Distrito Federal: a saúde. Sem dúvida nenhuma, Iuri, aprovar hoje um projeto dessa categoria demonstra um passo importante não para o quadro da equipe da estratégia da saúde, mas para o modelo de saúde que nós queremos.

É verdade, o problema da saúde no Distrito Federal não é dinheiro; é a escolha da política de saúde que nós estamos adotando. Enquanto dizemos que a saúde custa 12 bilhões, é importante dizer que, há um tempo, 50% desse recurso vinha do Fundo Constitucional e os outros 50%, do Tesouro do DF. Hoje, isso mudou: 70% do recurso da saúde é do Fundo Constitucional e 30% é do Tesouro. Não há mais paridade nisso!

Estamos adotando um modelo orçamentário que investe em uma lógica hospitalocêntrica, médico-centrada, e não na atenção primária, nos Agentes Comunitários de Saúde, nos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde, que são importantes no território. (Palmas.)

Quando nós fazemos inspeções nos hospitais, observamos que a maioria das pessoas que esperam atendimento estão com problemas na garganta, com febre alta, com dor, com problemas de diabetes. Tudo isso se resolveria na UBS mais próxima de casa! Mas as UBS estão sem profissionais, sem equipes da estratégia de saúde da família... Assim, a população lota os hospitais.

Será que construir mais UPAs, neste cenário, é a saída? Não! Vamos espalhar as Unidades Básicas de Saúde, vamos garantir a estratégia de saúde territorializada, vamos fazer com que as equipes se adéquem ao crescimento populacional. (Palmas.)

Dito isso, o problema não é dinheiro. Mais uma vez: o problema é a política que o Distrito Federal tem adotado no modelo de saúde, um modelo que tem transformado a secretaria praticamente em uma gestora de contratos emergenciais.

Enquanto ouvimos que a secretaria vai fazer mais um contrato emergencial para contratar outra empresa de ambulância, 50% da frota do Samu está sucateada e sem contrato de manutenção. Isso não é um mero acaso; isso é uma escolha política. Em vez de investirmos no Samu, que é nosso, e contratar profissionais públicos para atender na ponta, nós pegamos um recurso mais caro para contratar uma empresa privada. E nós não temos como controlar, fiscalizar, multar e ter acesso a esse contrato.

Então, não é dinheiro; é uma escolha política! Mas eles continuam fazendo essa escolha política de mandar 40% de todo esse dinheiro de que falei para o Instituto de Gestão Estratégica, que era a promessa do atual governador para salvar a população. Porém, o que vemos hoje na ponta é o contrário.

Não é verdade que o profissional não quer ficar na rede. As senhoras e os senhores que estão na rede sabem muito bem: não basta nomear, tem que dar condição de trabalho. Qualquer pessoa que estiver nesse lugar sem condição de trabalho adoce, pede para ser remanejada, pede para sair. Como se vai fazer um trabalho em uma unidade se não há o mínimo para exercê-lo?

Hoje, no Hospital de Planaltina, falta dipirona! Faltam insumos básicos na rede, enquanto a Central de Farmácia está abarrotada de caixas.

O problema não é dinheiro. O problema da saúde é, de fato, a prioridade do governo para gestar a saúde. Por isso o PSOL, juntamente com o bloco de esquerda, apresentou um requerimento

para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Como líder do bloco PSOL/PSB, sinalizo que já temos 6 assinaturas e faltam 8 para instaurar a comissão.

A CPI não é para fazer chacota, não é para fazer inquirição, é para termos acesso aos contratos da gestão; é para sabermos, de fato, qual é o problema desse dinheiro, porque se fala tanto em 12 bilhões e a população não sente isso na ponta. Ela é para entender, de fato, como o Iges-DF tem tratado a saúde pública dentro desse sistema. Há o detalhe: o que mais chega a esta casa é proposta de ampliação do Iges-DF para dentro da rede. Isso é sucatear uma política que já foi referência num país inteiro, que é a do Distrito Federal. Nós somos, hoje, a terceira cidade da unidade da Federação, a maior, com mais de 3 milhões de habitantes com a região metropolitana que também adota essa cidade, que gera riqueza, que usa a nossa rede de saúde, sim. Usam!

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Mas observem...

Para encerrar meu discurso, presidente, nós não podemos fazer uma fala apartando o nosso Entorno, porque, quando vamos ao Entorno e olhamos as placas dos carros, elas são daqui. Os IPVAs pagos são para o nosso imposto. E vamos fazer o quê? Um muro de divisa? O SUS é porta aberta!

Mais uma vez, precisamos discutir o modelo de política de saúde ideal. Eu vou dizer o que eu defendo e no que eu acredito: a política vocacionada e orientada pela atenção primária com profissionais na ponta, com o SUS fortalecido. (Palmas.) Isso é para que tenhamos a saúde não como uma lógica de ausência de doença, mas como qualidade de vida; para que possamos ter mais tempo com a família, para o lazer e para a cultura; para nos alimentarmos bem; para termos acesso aos medicamentos que são necessários e evitarmos, futuramente, a média e a alta complexidade, que são os hospitais que custam muito caro.

Fica a nossa solidariedade a toda a população do Distrito Federal que recorre à saúde neste momento e se encontra desassistida. Tenham no nosso mandato e no nosso bloco a certeza da luta pela nossa saúde verdadeiramente pública e valorizada.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Fui informado de que o deputado Thiago Manzoni também se encontra na visita à cidade de Paracatu. Peço que as assessorias nos informem se há mais algum deputado, porque eu só citei o deputado Pastor Daniel de Castro e a deputada Doutora Jane, e depois fui informado de que o deputado Thiago Manzoni também se encontra lá. (Pausa.)

O deputado Rogério Morro da Cruz também está lá. O assessor de sua excelência é um cabra de alta categoria: o deputado Fábio Félix.

Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde. Boa tarde a todas e a todos neste plenário e a quem também acompanha esta sessão. Eu quero saudar as pessoas na galeria. (Palmas.)

Estamos vendo, mais uma vez, essa galeria ocupada pela população do Distrito Federal: os feirantes; os ACS e os Avas – até que enfim, presidente, essa casa fará justiça a essa categoria –; os servidores do Ibram e os aprovados da CLDF.

Presidente, hoje farei 2 pronunciamentos. Um deles é sobre o caos que nós estamos vivendo na saúde pública do Distrito Federal já há algum tempo, não é de hoje. O caos não é por conta apenas do que nós temos acompanhado pela imprensa – que inclusive tem levado, infelizmente, ao falecimento de várias crianças e bebês –, por conta da sazonalidade da pediatria ou por conta da procura, que aumentou. Não é de hoje esse caos. Não é por isso que nós estamos vivendo uma crise na saúde do Distrito Federal, porque vivemos isso desde o início desse ano por causa da dengue. Os Avas e ACS não me deixam mentir, pois eles foram e são fundamentais na prevenção. Mas isso também é devido à ação, à resposta do Governo do Distrito Federal à crise da dengue, que foi desastrosa.

Vivemos isso, inclusive, durante a pandemia da covid-19, porque há um dado que não dá para negar: o Distrito Federal foi uma das unidades da Federação com a maior taxa de mortalidade. Nesse processo de crise na saúde pública do Distrito Federal, presidente, para nós, há pessoas responsáveis

por ela. Isso porque nós temos visto o aprofundamento dessa crise e a deficiência do atendimento à população desde que o governador Ibaneis não cumpriu com o que prometeu para ser eleito: acabar com o Iges, acabar com a terceirização da saúde. Ele fez o contrário quando tomou posse em 2019. O primeiro ato do governador, inclusive convocando esta casa extraordinariamente em janeiro de 2019, foi apresentar um projeto de lei para ampliar o Iges.

Nós estamos pagando, infelizmente, muito caro por essa decisão política do governo, que mudou de opinião. Na campanha, ele prometeu acabar com o Iges, disse que era inadmissível haver um processo de terceirização na saúde, que isso só serviria para desviar recursos e para empregar amigos do governo. Ele estava correto na campanha, só que, em vez de acabar com o Iges, ele o ampliou, e vieram muitas denúncias a respeito disso depois. Hoje, nós estamos vivendo mais uma vez um desmonte da saúde pública: faltam profissionais, houve um desmonte da atenção primária de saúde e desmontamos a cobertura das equipes de saúde da família. Nós temos a pior taxa de cobertura da saúde bucal do Brasil, não há gente trabalhando na rede e o Governo do Distrito Federal tem desinvestido: a cada ano que passa, ele coloca menos recursos na saúde. Quem está ganhando com isso? O Iges.

Na semana passada, o Iges veio a esta casa e confessou o crime. Eu tenho dito isso em todos os lugares, presidente. Ele disse que não é possível hoje, deputado Max Maciel, precificar, determinar quanto custam os procedimentos do Iges! Confessaram, nesta casa, que não é possível saber quanto custa o Iges. Confessaram, inclusive, que não há nenhum estudo para determinar as metas do Iges. Se não sabem planejar as metas e quanto elas custam, por que ainda o Governo do Distrito Federal insiste em mandar recurso para o Iges? É preciso acabar com o Iges! Ou nós acabamos com o Iges ou o Iges vai continuar acabando com a saúde pública do Distrito Federal!

Presidente, infelizmente, o Governo do Distrito Federal precisa reconhecer que há uma grave crise. Ele não pode tratá-la com arrogância dizendo que está investindo na saúde, porque isso não é verdade. Ele não está. As pessoas nas portas dos hospitais estão vendo que isso não é verdade.

Por isso, quero defender e pedir o apoio dos colegas desta casa...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Vou concluir.

É muito importante que a Câmara Legislativa também se debruce sobre esses processos e os investigue. Por isso, o bloco de oposição, com 6 assinaturas, apresentou o requerimento para instaurar a CPI da Saúde do Distrito Federal, para investigar esses processos, que não são transparentes. Infelizmente, quem tem pagado a conta é o povo do Distrito Federal.

Então, eu quero fazer esse apelo para o conjunto dos parlamentares. A CPI é instrumento importante para que recuperemos e devolvamos a saúde para a população. A saúde deve ser política de Estado e financiada pelo poder público, com toda transparência, para fortalecer o SUS e os profissionais da saúde, que têm se desdoblado para trabalhar, infelizmente em péssimas condições.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Peço mais 1 minuto.

Quero trazer um debate importante. Mudando de assunto, ontem, nesta casa, fizemos uma sessão solene sobre Nakba, a tragédia palestina, que completa, neste ano, 78 anos. Temos visto, mais uma vez, capitaneado pelo governo de extrema direita de Israel, o descumprimento das resoluções do Tribunal de Haia com o ataque recente a Rafah.

Estiveram presentes a esta casa, ontem, representantes de 12 embaixadas. Todos eles manifestaram solidariedade à criação do Estado da Palestina e pediram o fim do massacre, do genocídio que o povo palestino está sofrendo.

Para encerrar meu discurso, quero anunciar que, nesta semana, importantes países decretaram solidariedade e apoio à criação do Estado da Palestina.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Quero saudar o anúncio do reconhecimento do Estado da Palestina feito pela Espanha, Irlanda e Noruega, que se somam aos países cujas embaixadas estiveram presentes, ontem, no plenário desta casa e manifestaram apoio à constituição do Estado da Palestina. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde.

Presidente, deputado Wellington Luiz, quero pedir a vossa excelência – sei que está na pauta – que coloque como primeiro item da pauta o Projeto de Lei nº 1.121/2024. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato a solicitação de vossa excelência e peço para incluir o referido projeto como primeiro item de pauta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ótimo, presidente.

Eu disse que, no dia em que esse projeto chegasse a esta casa, eu ficaria muito feliz, porque o pessoal do sindicato esteve aqui o tempo todo. Eles fizeram um plantão de 3 meses. Todo dia, eles estavam aqui. Eu cobrava, e vossa excelência cobrava. Até que enfim, o projeto chegou. Portanto, vamos votá-lo, até em homenagem ao trabalho que foi feito por eles e com a certeza de que eles vão se dedicar ainda mais ao trabalho. (Palmas.)

Presidente, com relação a essa questão da saúde, eu quero falar de um fato concreto. Não adianta ficar dizendo que não há crise, porque há crise. Todos nós temos que encontrar uma saída, porque não podemos ficar assistindo às pessoas morrendo.

Eu tenho aqui um fato concreto. A dona Ivanildes Mendes Lima Pires, uma senhora de 53 anos, chegou à UPA do Núcleo Bandeirante e foi atendida. Ficou cerca de 5 horas dentro daquela UPA e depois foi mandada de volta para sua casa. Cinco horas depois, ela estava morta dentro de casa.

O que é isso? Ela não tinha doença crônica, não era diabética, não era hipertensa, não tinha câncer, não tinha nada. Ela era uma pessoa saudável. No dia 26, a dona Ivanildes foi a uma UPA e foi atendida. O médico mandou que ela tomasse dipirona e um relaxante muscular. Cinco horas depois, a pessoa está morta em casa?

Já foi aberto o inquérito. A polícia está apurando isso. Foi encaminhado pela subsecretaria que cuida dessa área que a polícia apure o fato. Ela tem que apurar mesmo. Ela tem que saber de quem é a responsabilidade pela morte dessa senhora. As pessoas não podem continuar morrendo impunemente da maneira como está acontecendo no Distrito Federal. Realmente, isso é inaceitável.

Portanto, deixo aqui toda a minha solidariedade à família da dona Ivanildes. Que a polícia apure isso para valer e aponte os responsáveis por essa morte que aconteceu.

Segundo ponto que eu quero abordar no dia de hoje: eu quero falar dos trabalhadores e trabalhadoras do Shopping Popular, que estão aqui. Nós dissemos aqui que estavam mentindo ao dizerem que o Detran não tem condição de continuar operando lá. O Detran tem condição disso, sim. Há conforto para os usuários, há espaço para os servidores.

Depois, vieram nos dizer que não há segurança. Eu pergunto: é só o estacionamento do Shopping Popular que está inseguro hoje em Brasília? Estão metendo faca em gente em tudo quanto é lado do Distrito Federal. Portanto, que coloquem a polícia, que reforcem a iluminação, que mantenham o Shopping Popular naquele lugar e que, inclusive, o governo cumpra uma promessa que foi feita pelo Ibaneis e pela Celina na campanha eleitoral, que era a de colocar o Na Hora no Shopping Popular.

Que cumpram a promessa que foi feita para que aqueles trabalhadores e aquelas trabalhadoras continuem efetivamente naquele lugar em que estão vivendo. E esse o apelo que faço ao governo, para não massacrar aqueles trabalhadores e aquelas trabalhadoras!

Obrigado, senhor presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Parabéns por respeitar o tempo!

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Encerrado o horário destinado aos Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Vou começar chamando os deputados que ainda não falaram. Os deputados que já falaram chamarei na sequência.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente.

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, todos que acompanham esta sessão, servidores da casa, imprensa e todos que nos acompanham das galerias da Câmara Legislativa; uma saudação especial pela presença de todos e de todas nesta casa. (Palmas.)

Eu não poderia deixar de fazer uma saudação importante e também muito forte aos trabalhadores ACS e Avas que estão hoje nas nossas galerias. Esta não é uma saudação qualquer. Esse segmento que atua na saúde pública talvez tenha sido um dos mais guerreiros e mais lutadores nesse último período. Eles organizaram dezenas de assembleias; eles passaram por um processo de acordo que foi procrastinado até o limite. (Palmas.)

Então, essa é uma categoria que sangrou na luta e, hoje, espero que esta casa possa apreciar essa matéria para fazer justiça à luta que vocês vêm travando este ano. Não existe almoço grátis. Eu acho que essa é a realidade. Tudo tem de ser conquistado na luta, e foi com muita luta que vocês fizeram esse último período.

Parabéns pelo trabalho! Parabéns, sindicato, pela organização dessa luta de vocês nesse período! (Palmas.)

Senhor presidente, eu queria também trazer um caso concreto a vossa excelência e aos demais parlamentares. Isso aconteceu na madrugada do dia 14 de maio. A denúncia chegou a nós, na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, e Legislação Participativa. Uma senhora grávida chegou ao hospital de Santa Maria às 3 da manhã, com contrações e com o tampão rompido. Ela foi mandada para casa, pois não havia médico para atendê-la naquele horário. Às 3 da manhã, as dores aumentaram, e a demandante não sentia mais a movimentação do bebê. Então, às 10 horas, ela voltou ao hospital, e as enfermeiras da triagem não escutaram os batimentos cardíacos do bebê, do feto, e a encaminharam com urgência para a médica de plantão presente. Somente às 15 e 20 é que o exame da ecografia foi feito, e, então, o óbito foi confirmado. Mais um caso no Hospital de Santa Maria, gerido pelo Iges-DF, de falta de atendimento e de problema da saúde do DF.

Nós precisamos falar que o governo, para tomar as medidas necessárias em relação à crise e ao caos que nós estamos vivendo, precisa assumir o tamanho da crise. Não dá para negar! Essa postura de arrogância, negação ao diálogo, isso é muito ruim para o conjunto da população. Há uma crise, obviamente, que é estrutural, que atravessou diferentes governos. Mas ela vem se agravando. Como o governo não consegue atender a demanda da população ao longo dos casos da dengue? Depois o governo não consegue atender a demanda da população nos casos de resfriados, de doenças respiratórias que são sazonais. Depois o Governo do Distrito Federal não consegue fazer as cirurgias eletivas. As pessoas ficam muito tempo na fila. Não há atendimento especializado.

Deputados, eu fui à UPA do Recanto das Emas, onde houve 2 incidentes graves, 54 pessoas internadas na UPA onde há 18 leitos, que são leitos de estabilização, para se ficar 24 horas. Havia 18 crianças internadas, 5 leitos para criança. Os médicos não conseguem atender a emergência porque ficam prescrevendo internação sem estrutura para isso. Não há transferência porque não há ambulância. Hoje, metade das ambulâncias do Estado estão quebradas, não há transferência porque não há retaguarda hospitalar. Não há retaguarda hospitalar, vaga de leito.

Nós precisamos chamar a atenção do governo, do governador, dos secretários para esse tema. Não dá para negar a crise. Há uma crise e um caos na saúde, sim! É preciso resposta do poder público com medidas concretas. As respostas dadas pelo governo e pelo governador até aqui, presidente, foram insuficientes. Por isso nós apresentamos aquele que talvez seja um instrumento mais contundente desta casa para atuar, que é uma comissão parlamentar de inquérito.

A comissão tem o papel de investigar, de atuar, de agir, de convocar pessoas e de ver a situação que nós estamos vivendo. Nós apresentamos o pedido de instauração, mas o que nós queremos, acima de tudo, é resolver o problema da saúde pública, que o governo apresente um pacote de melhorias para atender melhor a população. Não dá para o governador não ter cumprido sua promessa de campanha, foi o caso do Iges-DF; ele o ampliou, disse que ele melhoraria o atendimento porque “agora as compras são rápidas, agora dá para fazer”, e a coisa não acontece. A vida da população...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... não melhora, as condições de atendimento não melhoram. Isso bate na nossa porta o tempo inteiro. Essa situação bate na nossa porta o tempo inteiro. Nós estamos

aqui para a Câmara Legislativa também atuar neste grave caso que nós estamos vivendo no Distrito Federal. Nós não vamos nos calar, não vamos nos silenciar até que o governo apresente um pacote de medidas para a saúde pública, porque as pessoas estão morrendo e sem atendimento. É preciso melhorar o Sistema Único de Saúde do Distrito Federal e acabar com o Iges-DF, que é uma aberração jurídica do ponto de vista da saúde pública.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix, por respeitar o tempo.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Olha, há dias e dias neste plenário, na minha vida como parlamentar, e eu falo que este é um dia de vitória. Eu fico muito feliz, e vocês sabem disso, porque a luta de vocês foi e sempre será a minha luta. Então, em nome do Iuri, eu quero agradecer e dizer que vocês estão de parabéns. Eu, que caminhei com vocês como enfermeira, como professora e agora como parlamentar, sei da importância que vocês têm no Sistema Único de Saúde, do trabalho que fazem com tantos desafios na atenção primária, onde o profissional da SES ainda não é valorizado, pelo tanto que vocês entregam.

Hoje nós temos 69,23% de cobertura da atenção primária, isso significa que quase 40% não têm, e que talvez sejam nos locais que mais precisam, os pontos mais vulneráveis do Distrito Federal. Então, parabéns pelo que vocês fazem. Hoje nós vamos sair daqui muito felizes.

Faço um pedido, presidente, para que todos os deputados desçam o mais rápido possível, para colocarmos como primeiro item da pauta esse projeto, como o senhor já havia acordado conosco para esta terça-feira.

Presidente, concordo com o deputado Fábio Félix, eu acho que a primeira coisa para nós tentarmos resolver um problema é assumir que ele existe. Há um grave problema e nós precisamos enfrentá-lo. Estamos com uma grande dificuldade no Distrito Federal, onde há um déficit de 25 mil servidores, e com vários problemas que acabaram vindo à luz.

Eu quero trazer só um, para exemplificar, que é a questão do contrato entre o Iges e a UTI Vida, que culminou na morte do menino Enzo, que esperou 12 horas para atendimento. Por que eu estou falando isso? Ao pegarmos todos os contratos que são feitos pela própria secretaria ou pelo próprio Iges, nós conseguimos perceber que a conta não bate. Por que são feitos esses contratos? Por que tantos aditivos? Por que os contratos, mesmo não sendo cumpridos, continuam sendo refeitos com as mesmas empresas, com a mesma situação, inclusive retirando penalidades desse contrato?

Então, nós precisamos encarar que existe um problema, sim, e é muito triste ver falas dizendo “sim, está muito difícil, que a situação é difícil”, mas não há um posicionamento. “Precisamos fazer alguma coisa”. Sim, precisamos fazer alguma coisa, inclusive assinar a CPI da Saúde. Essa seria alguma coisa que poderíamos fazer para começar. Fazemos esse apelo.

Eu acho que essa pauta é de todos: é da base, é da oposição, é do Distrito Federal. Vamos trazer isso à luz para que todos entendam, porque do jeito que está, realmente, não dá para ficar, não podemos achar normal 65 mortes de bebês em 60 dias! Não pode ser normal as pessoas peregrinarem pelo Sistema Único de Saúde, seja de Iges ou SES. Que fique claro que Iges é SES! A SES é contratante dos Iges. E que também fique claro que não são os servidores os culpados, principalmente do lado da SES, onde os servidores fazem muito, sem condição nenhuma de trabalho; bem como os colaboradores do chão de fábrica, do próprio Instituto de Gestão Estratégica: vocês trabalham e trabalham muito.

As UPAS estão lotadas, está tudo difícil, e a culpa, com certeza, não é do trabalhador que está na ponta atendendo; seja o técnico de enfermagem, seja o enfermeiro, seja o médico, seja o radiologista, seja o terapeuta ocupacional, seja o psicólogo; a culpa não é do colaborador, a culpa é da gestão! Falta gestão e falta transparência. Se depender de nós, isso não continuará no Distrito Federal.

Obrigada, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço à deputada Dayse Amarilio por respeitar o tempo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero fazer um apelo a vossa excelência e ao líder do governo. Acaba de chegar o projeto do Ibram.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu já li o projeto e há 4 artigos. O projeto concederá uma gratificação para os servidores, que será paga no mês subsequente à aprovação. Portanto, para ser pago no próximo mês, é preciso que votemos hoje e que o governo publique para que haja vigência e o pessoal receba no próximo mês. (Palmas.)

Se nós não votarmos hoje e deixarmos para votá-lo só no mês de junho, eles receberão só no mês de julho. Quando você está se afogando, até jacaré salva a vida. Por isso, proponho a vossa excelência incluir esse projeto na pauta no dia de hoje. A bancada do Partido dos Trabalhadores está disposta a votar hoje esse projeto.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. O deputado João Cardoso tratou comigo hoje, desde cedo, pedindo inclusive que colocássemos uma emenda.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero agradecer ao deputado Chico Vigilante. Esse foi um pedido feito por mim e pelo presidente Rôney Nemer para que votássemos esse projeto hoje. Com certeza, acredito que todos os deputados estejam de acordo. Como auditor fiscal, o Ibram é a minha casa. Vamos votar também o projeto dos ACS e dos Avas. Com certeza iremos votar tudo hoje! (Palmas.)

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberto o prazo para a apresentação de emendas a esse projeto, solicitado pelo deputado Chico Vigilante e pelo deputado João Cardoso. Então, aqueles que forem apresentar emendas, por favor.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu gostaria de pedir a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4/2023, de autoria do Poder Executivo, que trata da autenticação de cópias de documentos para advogados em processos administrativos. Este foi um pedido da OAB, porque ela está em processo de votação: que ele retorne após a eleição da OAB. Portanto, solicito a retirada do item nº 95.

Eu gostaria também de solicitar o adiamento da votação do item nº 101, Projeto de Lei nº 1.112/2024, só para análise de uma emenda do deputado Roosevelt.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho o pedido de vossa excelência quanto aos itens nºs 95 e 101.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, senhores deputados. Em primeiro lugar, quero fazer um apelo a todos os deputados que estão na casa: desçam ao plenário para darmos início à sessão e votarmos o Projeto de Lei nº 1.121/2024. (Palmas.)

Evidentemente, como todos vocês, eu acompanhei a luta do sindicato, da categoria – na pessoa do Iuri, eu cumprimento todos os servidores que todos os dias estavam aqui; vocês merecem isso. Eu faço o apelo para quem está nos gabinetes: desçam para votarmos esse projeto o mais rápido possível. (Palmas.)

Quero falar também sobre aquele importante protocolo assinado ontem, presidente. Vossa excelência estava comigo no Conselho Superior do Ministério Público Federal, junto com o Ministério Público do Distrito Federal e o GDF, onde foi assinado um protocolo de ações efetivas para as pessoas

em situação de rua no Distrito Federal.

Foi um momento muito importante porque o governo apresentou uma série de projetos em prol dos moradores em situação de rua no Distrito Federal. O crescimento dessa população tem sido muito grande. Saímos às ruas do Distrito Federal e damos de cara com moradores em situação de rua que ali estão por diversos motivos. E não podemos, evidentemente, fazer de conta que isso não está acontecendo, temos que cuidar dos nossos irmãos que estão nas ruas, e esse protocolo foi muito importante.

Eu fiquei ainda mais feliz e surpreso porque foi regulamentada pelo governador Ibaneis a Lei nº 6.128/2018 – de autoria deste parlamentar, com o apoio de todos os deputados daquela legislatura –, que permite que 2% das vagas dos serviços e das obras das empresas que prestam serviços para o GDF sejam destinadas à população em situação de rua no Distrito Federal.

Já andei muito nas ruas conversando com essa população, deputado Fábio Félix, principalmente quando eu fui presidente da Comissão de Direitos Humanos desta casa e acompanhava essa situação de perto – agora vossa excelência faz um excelente trabalho na comissão –, e conheci ex-engenheiros, ex-professores, jardineiros, excelentes, ex-pedreiros. São pessoas que foram para as ruas por algum motivo que não sabemos, talvez por problema familiar, algo ligado ao álcool, às drogas ou problema de saúde; e, se o Estado der a elas a oportunidade de retornar ao mercado de trabalho, será uma chance de verem uma luz no fim do túnel.

Não foi discutido apenas isso, mas também uma série de políticas. Sabemos que a população de rua precisa de abrigos, enquanto não tem uma moradia, e de um local para pernoitar, para tomar banho, para descansar, a fim de, no outro dia, procurar algum afazer; precisamos realmente dessas políticas. Que o Estado consiga providenciar moradia para essa população; eles merecem ter acesso à saúde, a emprego, a educação, como todos nós.

Fiquei muito feliz com aquele protocolo que foi assinado. Eu quero agradecer à Câmara Legislativa e a vossa excelência, presidente, por ter me indicado para participar do comitê que foi criado pelo Governo do Distrito Federal. Nós estamos acompanhando isso de perto. Eu vou acompanhar todo esse processo com muita atenção, para que essas políticas, esse protocolo, esse projeto de lei regulamentado pelo governador Ibaneis, de fato, aconteçam no Distrito Federal. Precisamos diminuir a quantidade de pessoas nas ruas da nossa cidade. Brasília não pode virar São Paulo, não pode virar outros centros que estão cheios de moradores em situação de rua.

Deixo os meus parabéns à Casa Civil do Governo do Distrito Federal, ao Ministério Público do DF, ao Conselho Superior do Ministério Público Federal e a esta casa, que está acompanhando tudo isso. Nós nos sentimos muito orgulhosos por ajudar essa população carente do Distrito Federal.

Era isso o que eu queria falar.

Quero também cumprimentar todas as categorias que estão aqui, como o pessoal do Ibram.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Para concluir, presidente, quero dizer que nós temos que votar a questão do Ibram; senão, eles vão acabar ficando sem salário no mês que vem. Quero cumprimentar os feirantes que estão aqui também lutando por seus direitos.

Sejam todos bem-vindos. Eu gosto de ver os trabalhadores e as trabalhadoras nesta casa.

Boa tarde a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Publicamente, quero registrar a nossa satisfação e a nossa alegria, pois o deputado Ricardo Vale foi o autor da lei que deu origem ao decreto que foi assinado ontem e regulamenta essa discussão quanto aos moradores em situação de rua. Isso é motivo de muito orgulho para a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Fica aqui o nosso agradecimento ao deputado. O deputado Ricardo Vale é o representante do Poder Legislativo no âmbito desse comitê. Tenho certeza absoluta de que deixaremos um legado extremamente importante.

Parabéns, nobre deputado Ricardo Vale. Receba os nossos sinceros agradecimentos.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, meu presidente. Como vossa excelência disse anteriormente, agora terei 10 minutos para falar. (Risos.)

Senhor presidente e deputado Robério Negreiros, dando continuidade, quero dizer que ontem, quando estávamos na reunião do Colégio de Líderes, o governador publicou em seu Twitter (*sic*) algo muito importante para o Distrito Federal. O governador Ibaneis Rocha foi o governador que mais investiu na saúde; foram contabilizados 48 bilhões de reais em investimentos na cidade, além de reformas e ampliação de equipamentos públicos na área da saúde, como ele publicou em seu Twitter (*sic*) ontem.

O governo entregou algo inimaginável a todos os servidores públicos, que esperavam por isto, mas nenhum o fez, deputado Fábio Félix. O governador Ibaneis criou o melhor plano de saúde de todos os servidores da capital e o melhor do país: o Inas, que, hoje, é orgulho para todos nós. Só para vocês terem uma ideia, hoje, há 100 mil inscritos no Inas. Os servidores e suas famílias são beneficiados com essa benfeitoria implementada pelo governo, que deixa algo marcante na história do Distrito Federal. O Inas é um orgulho para todo o Distrito Federal.

Quero dizer também, senhor presidente, que o governador Ibaneis convocou 7 mil médicos – um recorde na história de todos os governos, desde quando se fundou a capital no Distrito Federal. Então, nós temos orgulho de ver um governador comprometido com a causa da saúde, como o governador Ibaneis.

Além disso, no ano passado, o governador deu o maior aumento salarial linear do país – 18% – e agora, nesse mês de junho, os servidores receberão a segunda parcela que foi prometida pelo governador Ibaneis. De fato, é um governador que tem dado resultado, tem mostrado para que veio. Não à toa ele teve 68% dos votos para a reeleição. Outros pensariam que algo assim não aconteceria no Distrito Federal: uma reeleição em que um governador fosse recordista de votos, com 68% da votação de todo o Distrito Federal. Então, o Distrito Federal reconhece o que o governador Ibaneis realmente fez e está fazendo pela saúde e pelo Distrito Federal.

Última deixa: o governador, com a secretária e o Iges-DF fizeram 550 mil cirurgias só nos anos de 2019 a 2024. É um recorde na história do nosso Distrito Federal.

Presidente, sinto orgulho de morar no Distrito Federal e de ter um governador que realmente tem especial compromisso com a população do Distrito Federal. Foi ele quem trabalhou para que hoje os Avas e os ACS estivessem aqui, porque ele mandou o ofício para que a Câmara Legislativa votasse, e nós hoje votaremos, com muito orgulho de vocês.

Obrigado.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando, agradeço a vossa excelência.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Cumprimento todos os parlamentares e as parlamentares presentes, a assessoria, o pessoal da comunicação, aqueles que assistem a nós pela TV Câmara Distrital e esse belo Plenário que aqui se encontra hoje – como eu já falei –, com representantes dos ACS, dos Avas, da minha casa também – o Ibram –, que Deus abençoe vocês sempre!

Hoje eu conversava com o presidente do Ibram, nosso irmão, ex-deputado Rôney Nemer, e, em alguma conversa, falamos sobre aposentados. Eu falei: “Rôney, na semana que vem, com a graça de Deus, eu vou fazer minha carteirinha de aposentado, porque deve sair a minha aposentadoria na semana que vem”. Mas continuo com o Ibram aqui no coração e trabalhando por vocês e por todos os servidores públicos sempre. (Palmas.)

Presidente, como servidor público, como eu sempre falo, já atendi várias e várias carreiras – mais de 54 – que nos procuraram. No nosso gabinete há um painel com todas as carreiras. Há uma situação no DER – Departamento de Estradas e Rodagem, em que há uma polêmica sobre a questão da reestruturação da carreira dos servidores. Temos que verificar isso, por quê? Hoje, presidente, há 4 associações: a Assender, a Asder e a Assaap – que são dos técnicos, analistas, especialistas – e a Aagetran – dos agentes de trânsito. São 4 associações e cada uma tem apresentado, de certa forma, um projeto de lei, umas ideias.

Eu já estive com 3 dessas associações. O deputado Roosevelt, nosso amigo, está acompanhando a outra associação, mas eu vou chamar também para conversarmos, para que nós possamos, presidente, pegar essas 4 associações do DER, nos reunirmos com elas e, com o governo do Distrito Federal, elaborarmos um projeto de reestruturação para o DER, que presta um serviço de

excelência. Ninguém pode abrir a boca para falar mal do DER. E, claro, há que se parabenizar o Fauzi Nacfur, que é o diretor-geral do DER.

Eu desejo, o mais rápido possível, que peguemos todos esses projetos – já estamos analisando tudo –, para que possamos compilá-los e fazê-los tramitar. Vamos fazer um único projeto, com a comunhão das 3 carreiras em 1 só carreira bem representada, com as necessidades de cada uma delas atendidas, sem deixar ninguém de fora. Esse é um compromisso que eu faço com todos os servidores das 4 associações do DER.

Hoje, presidente, é um dia muito importante. Faremos o lançamento da Frente Parlamentar dos Games e E-sports aqui no Distrito Federal. Este será um passo importante para o desenvolvimento dessas modalidades aqui no DF. Nós temos uma lei aprovada, a Lei nº 7.390, de 2024, de nossa autoria com o meu amigo, deputado Eduardo Pedrosa, que reconhece o esporte eletrônico como modalidade esportiva e classifica os adeptos dessa modalidade como atletas.

O meu filho Davi, conhecido como “Cardozin”, do PUBG, hoje faz parte da maior organização mundial de *games* do mundo, que fica em São Paulo, na Holanda e, claro, nos Estados Unidos, onde é a sede. Ele até mora hoje lá em São Paulo e está indo para o campeonato que começa amanhã, o campeonato das Américas. Tenho certeza de que, neste ano, irá para o campeonato mundial, que dessa vez será na Arábia Saudita. Os passados foram na Turquia e na Malásia.

Existem esses atletas. Cada um, na sua casa tem um atleta desse. Então, que nós possamos – até peço aos pais isto também – compreender em que nível seu filho está jogando. Com o meu filho foi assim: hoje ele é um atleta de 22 anos, começou com 17 e já está trilhando um caminho profissional com ganhos que, muitas vezes, se comparam a outros esportes bem famosos que nós conhecemos aqui no DF. Hoje faremos o lançamento da frente parlamentar cujo presidente serei eu.

Presidente, gostaria também de falar um pouquinho dessa tragédia no Rio Grande do Sul, mas não para ficar relatando o que tem acontecido lá. Muitas vezes, nós trazemos pautas de fora aqui para o DF, mas há ali em Sobradinho várias situações que podem causar danos semelhantes. Existe a Avenida São Francisco, que sobe para o Grande Colorado. Quem mora lá ou conhece alguém que mora lá sabe que, quando chove, não há drenagem pluvial, e ali é um caos: carros já foram carregados, motos já foram carregadas.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Pode acontecer um acidente muito grave atrás do condomínio Nova Friburgo, por quê? A Defesa Civil já esteve lá, já fez o parecer; já fizemos uma reunião com a Novacap, com o Governo do Distrito Federal e com a UPSA – a empresa que tem o domínio daquele terreno –, para cobrarmos que a obra de drenagem pluvial daquela região seja feita, porque, senão, será uma tragédia anunciada.

Infelizmente quem vai sofrer com isso serão aqueles que moram nessas casas que podem ser danificadas ou até destruídas conforme o aspecto técnico que já foi feito lá. Inclusive esse aspecto técnico já foi avaliado também pelo Ibram, que mostrou a necessidade dessa obra de drenagem pluvial da Avenida São Francisco.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Conclua, deputado.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Finalizando, presidente, quero convidar todos aqueles que defendem a vida, como eu defendo, para, no dia 11 de junho, participarmos da marcha contra o aborto e a favor da vida. Temos que permitir que aqueles que estão sendo gestados no ventre materno de suas mães tenham o direito de ter o poder também sobre a vida deles. Como eu sempre falo: meu corpo, minhas regras. Aquele que está no ventre materno também tem o corpo dele e as regras dele. As regras dele são: nascer, ser filho de Deus, ser respeitado e amado por todos nós.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Pergunto se mais algum deputado, além do deputado Jorge Vianna, deseja fazer uso da palavra. Lembramos que precisamos iniciar o processo de votação.

Deputada Jaqueline Silva, boa tarde. Sua excelência estava com muitos compromissos, mas desceu para votar o projeto de vocês. Obrigado, deputada.

Deputado Jorge Vianna, o senhor ainda vai falar?

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, rapidamente, eu queria falar.

Ontem, na reunião com a secretária, com o chefe da Casa Civil e com o Juracy, nós apontamos algumas coisas. O problema é que sempre viemos para essa tribuna e falamos do que pode ser melhorado. Quantas vezes eu subi aqui para falar: “Está errado, está errado, está errado”, e não nos ouviram? Não nos ouvem e fazem do jeito que acham que devem fazer. Tenho um pouco de experiência, afinal de contas, trabalho no Samu, conheço como funciona o sistema de remoção intra-hospitalar, pré-hospitalar.

Eu falei ao Juracy que a forma como a UTI Vida faz o atendimento está errada. Eles têm uma ambulância, que fica como barata que voa percorrendo as unidades de saúde, as UPAs, os hospitais. Se o camarada de Ceilândia precisar, eles saem do Plano Piloto para buscá-lo. Quando o Plano Piloto precisa, pegam a UTI do Gama. Como a do Gama saiu de lá, sai a de Sobradinho para o Gama. Isso parece barata que voa, e demora o atendimento. É preciso sugerir para o Iges e para o governo que esses atendimentos sejam regionalizados, como é no Samu. Lá também quebramos a cabeça no início. Fazíamos isso. Eu saía de Samambaia, às vezes, para atender uma ocorrência no Gama, para atender uma ocorrência no Plano Piloto. Isso demorava muito e, dependendo do atendimento, é óbvio que prejudica, agrava o quadro. Então, não é inteligente o que a UTI Vida está fazendo. Eu fiz essa proposta.

Outra proposta que eu fiz é que haja o monitoramento real dos atendimentos nas emergências para vermos o que está acontecendo. Conseguimos verificar o número de pessoas que estão precisando do atendimento. Há tantas ideias que damos ao governo, mas elas não são aproveitadas. Se o governo nos ouvisse, se ele ouvisse quem entende... Eu subo à tribuna para fazer críticas, muitas vezes construtivas, pontuando o que pode ser melhorado.

Com relação aos médicos – falei e falo isso sempre –, como a Secretaria de Saúde vai atrair um médico com esse salário? Vou dar a vossas excelências os dados de alguns salários de médicos no Brasil.

O médico, no Distrito Federal, que trabalha 40 horas semanais recebe o salário inicial de R\$12.654,00; o final é de R\$15.435,00. Para 20 horas, o vencimento inicial é R\$6.327,00; o final é R\$7.717,00. No Paraná, o médico que trabalha 40 horas recebe o salário inicial de R\$16.300,00. Em Minas Gerais, na cidade de Guaraciaba, o médico que trabalha 40 horas recebe R\$20.000,00. Em Minas Gerais, na cidade chamada Paraguaçu, o médico que trabalha 40 horas recebe R\$17.000,00 iniciais, contra R\$12.000,00 no DF. Em Santa Catarina, o médico que trabalha 40 horas recebe o salário inicial de R\$20.000,00. No Rio Grande do Sul, o médico que trabalha 20 horas recebe o salário inicial de R\$20.000,00. No Mato Grosso, o médico que trabalha 40 horas recebe o salário inicial de R\$19.000,00. Poxa! Retornando: o médico do DF que trabalha 40 horas recebe o salário inicial de R\$12.000,00. Está aqui a explicação: por que os médicos não querem trabalhar na Secretaria de Saúde? Por causa disso e de outras coisas. Se não atrairmos os médicos por salário, não atrairemos mais pelo serviço público, porque hoje acabou a estabilidade financeira.

Hoje, todo mundo que é do serviço público sai de lá com o teto, não leva mais o salário integral. Acabou isso no serviço público. O que atrai mais o servidor, o trabalhador? Nada, se não for o salário.

Então, presidente, se não conseguirmos melhorar as tabelas salariais, não só dos médicos, mas dos profissionais de enfermagem, dos técnicos de enfermagem, dos enfermeiros, dos especialistas, dos odontólogos...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para concluir, deputado, por gentileza.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Hoje é o exemplo de que está começando a melhorar o salário dos ACS. Por que começando? Porque, de todos os servidores de nível médio do GDF que trabalham 40 horas, o menor salário, ainda com reajuste, é o deles. Agora que vai passar para R\$2.700,00 iniciais, com 40 horas de trabalho. É uma vergonha isso!

Estamos aumentando esse salário hoje. É o início, talvez, de uma grande revolução que nós iremos fazer. Detalhe, presidente: espero, de verdade, que o governador, a partir de agora, ouça esta casa, ouça este deputado e invista na saúde, porque não pode haver um teto fixo para o dinheiro na saúde como está tendo ao longo dos anos.

Nós precisamos, hoje, no mínimo, de 15 bilhões para a saúde e não é para aumentar o salário

de servidor, não; não é isso, não: é para investimento.

Espero, então, fazer o governador nos ouvir. (Palmas.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Jorge Vianna, por cumprir o tempo.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vou conceder a palavra ao deputado Ricardo Vale.

Depois, como perguntei se algum deputado queria falar e ninguém se manifestou, vou encerrar os Comunicados de Parlamentares para começarmos a votação. (Palmas.)

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, a minha intervenção será bem rápida. Eu não poderia deixar de homenagear uma das pessoas mais importantes desta casa que está fazendo aniversário hoje: o Willemann. (Palmas.)

O Willemann é um consultor jurídico que está na casa desde o primeiro concurso. Tenho a felicidade de trabalhar com ele. Todos os parlamentares o conhecem e sabem do compromisso que ele tem com a casa. Ele ajuda todos os deputados e todas as categorias.

Fiquei sabendo agora que hoje é aniversário dele. Não havia como não fazer esta homenagem. Peço a todos vocês uma salva de palmas para o Willemann, porque ele merece!

Parabéns, Willemann! (Palmas.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero pedir ao líder do governo, deputado Robério Negreiros, que deixemos para fazer a discussão e a votação dos 2 projetos da Ceasa em outra oportunidade. Vossa excelência já pediu a retirada de um deles. Estou pedindo a retirada do segundo projeto. Peço também que o projeto dos grandes eventos possa ficar para depois. Dessa forma, poderemos discuti-los melhor.

Esse é o pedido que nós estamos fazendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Permitam-me dar os parabéns ao doutor Willemann. Quero parabenizá-lo e agradecer-lhe. Sem dúvida nenhuma, ele é um dos mais importantes servidores desta casa. O Willemann presta um serviço espetacular a esta casa. Ele é um parceiro, um amigo, alguém extremamente cumpridor das obrigações.

É uma alegria muito grande, Willemann, tê-lo como amigo, como assessor. Isso nos dá uma segurança muito grande. Que Deus o abençoe com muitos e muitos anos de vida! Obrigado por tudo o que você tem feito por esta casa e pelo povo de Brasília. Muito obrigado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, primeiro quero aproveitar esta oportunidade e desejar para o Willemann felicidades.

Feliz aniversário, Willemann! Que Deus o abençoe!

O Willemann é uma pessoa que conhece a história do Distrito Federal e a história da Constituição federal. Eu já tive a oportunidade de conversar sobre isso com ele. Recebi uma aula dele.

Que Deus o abençoe, Willemann, com saúde e vida longa! Desejo que o senhor continue contribuindo com esta casa.

Presidente, eu quero enfatizar o pedido do deputado Chico Vigilante. Logo no começo da sessão, eu falei com o senhor exatamente sobre esses 2 projetos e sobre o quanto eu não me sinto confortável em votá-los.

O primeiro é o projeto que trata dos grandes eventos. Votar essa matéria diante dessa situação de mortes no Distrito Federal... Estamos discutindo a saúde no Distrito Federal. Não há como votar um

projeto dessa magnitude sem ter sido apresentada a fonte desse dinheiro, sem saber como ele será obtido.

O outro projeto é o do IPTU. Queremos contribuir com o projeto. Fizemos uma análise dele. Por isso, quero pedir a retirada dele também, com todo respeito a todos os parlamentares envolvidos. Precisamos analisá-lo melhor, presidente.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte. Nós vamos discutir esse assunto e ouvir os deputados.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pediu a palavra o deputado Fábio Félix. Depois eu a passo para a deputada Jaqueline Silva e, posteriormente, para o deputado Pepa.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, queria só reforçar aquilo que já foi pedido pelo deputado Chico Vigilante em relação à Lei de Eventos.

Eu queria reconhecer, primeiro, o esforço do líder do governo em tentar, junto com outros relatores, ajustar uma série de propostas feitas pelos parlamentares. Mas houve a criação de um capítulo todo novo na lei, que do meu ponto de vista está fora daquilo que vinha sendo discutido. O escopo da lei era muito mais relacionado à regulamentação dos eventos, mas o governo inseriu um capítulo tratando de patrocínio para eventos privados. Do meu ponto de vista, esse tema é alheio à ideia inicial da proposta do próprio governo, que era regulamentar o licenciamento dos eventos.

Por isso, queríamos mais tempo para debater. Inclusive, sugiro ao governo e ao líder do governo, deputado Robério Negreiros, que é o autor da emenda, que o Executivo apresente um projeto de lei específico – certo, deputado Robério Negreiros? Nós não somos necessariamente contrários ao financiamento dos eventos privados, mas o ideal seria que houvesse uma lei específica sobre o tema, que ele não entrasse na lei do licenciamento.

A nossa sugestão é que haja mais debate esta semana para que ele retorne à pauta na semana que vem, para que possamos debatê-lo com mais profundidade e fazer ajustes na proposta da Lei dos Eventos.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Meu presidente, na verdade, já se discutiu isso. Eu já fiz um pedido para esta casa. Nós temos 2 projetos importantes.

Um dos projetos trata do IPTU da Ceasa. Eu entendi que precisávamos discutir um pouco mais, não vejo problema, podemos deixar para a próxima sessão, que seria sobre o governo arcar com isso. E há um projeto que eu quero, mais uma vez, reforçar a importância e para o qual peço o apoio dos deputados nesta casa, que se refere ao Banco de Alimentos, que hoje é um trabalho prestado para as entidades no Distrito Federal, deputado Chico Vigilante.

Hoje, o recurso é curto e não conseguimos atender às instituições. O que queremos com essa alteração, deputada Paula Belmonte, é dar condição às empresas para que possamos aportar recursos. Há várias instituições e o banco não consegue atendê-las. Queremos obter essa possibilidade de ampliação de recurso, nada mais que isso, deixando claro que não poderá e não haverá aumento de cargo. Não podemos e nem temos poder para isso. É mais, basicamente, para reforçarmos esse programa que cuida de tantas outras pessoas, cuida de vidas. O Banco de Alimentos é o local onde as instituições cadastradas vão e buscam alimentos doados para também serem doados para as pessoas.

Eu só queria, presidente, que isso fosse considerado, pois eu sou uma deputada conciliadora nesta casa e os meus pleitos sempre são muito justos. Eu queria muito, neste dia de hoje, que pudéssemos votar isso. Estou à disposição. O presidente está chegando para tirar qualquer dúvida que houver, mas eu queria muito ver se conseguimos vencer pelo menos esse projeto do Banco de Alimentos, no dia de hoje.

Quero me colocar à disposição. O presidente está chegando daqui a pouquinho também. Se

houver alguém da assessoria ou algum deputado que queira falar, estamos às ordens. Mas eu queria que pudéssemos apreciar esse item no dia de hoje. É o item nº 93, salvo engano, meu presidente. É o item nº 102? É o item nº 93, Angélica?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Jaqueline Silva.

Lembro que, ontem, havia um acordo para se votar esse item. Hoje, de fato, alguns parlamentares manifestaram preocupação. Ontem, a deputada Jaqueline Silva, na reunião, deixou bem claro a intenção de se votar esse projeto, e nós havíamos concordado. Obviamente, nós podemos rediscutir o acordo com a deputada, mas lembro que esse acordo foi firmado ontem.

DEPUTADO PEPA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente.

Presidente, eu queira falar sobre o projeto dos eventos.

Quem trouxe esse projeto foi o nosso gabinete. Houve audiência pública, discutimos com produtores culturais do Distrito Federal, inclusive com os produtores culturais das demais cidades do DF, de onde sou oriundo.

Esse projeto tornou-se iniciativa do governo. Após entrar essa emenda, eu fui conversar com os produtores, principalmente aqueles com os quais eu já havia conversado. Entendo que esse projeto precisa ser discutido, deputado Fábio Félix, porque ele beneficia o Distrito Federal. Nós estamos falando de uma área de entretenimento que, durante a pandemia, foi muito prejudicada. Até o próprio governo federal, hoje, sinalizou a redução de impostos para que a área de entretenimento possa se sustentar, gerar empregos e lidar com toda essa questão.

Deputada Paula Belmonte, nós estamos vivendo um momento sensível no Distrito Federal, mas não podemos parar. A discussão do projeto na área de entretenimento, na área de evento do Distrito Federal, pode ser adiada, sim, deputada, pode ser mais estudada, mas precisamos entender que se trata de um setor que está sangrando e foi o que mais sangrou no período da pandemia. Muitos estão fechando, muitas empresas estão sendo fechadas. Precisamos avançar com esse projeto.

Antes de vim para cá hoje, eu fiz a reunião com a Abrape, associação responsável por isso, discutimos justamente sobre essa mudança. A Abrape concorda com a mudança para o crescimento do setor no Distrito Federal.

Essa é a minha posição.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pepa.

Ouviremos o deputado Eduardo Pedrosa, depois deputado Robério Negreiros e por fim deputada Paula Belmonte. Depois entraremos na Ordem do Dia, há proposições importantes.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, serei breve, até porque eu quero votar logo esse projeto também, porque esse pessoal já está esperando há muito tempo.

Primeiramente eu quero parabenizar essa turma pela luta. Eu acompanhei, ao longo dos últimos meses, a peregrinação que vocês fizeram aqui na Câmara Legislativa e no Palácio do Buriti. Vocês travaram toda uma batalha para conseguir isso. Ficamos muito felizes. Quero parabenizar vocês, em primeiro lugar.

Presidente, eu queria trazer uma matéria que vi agora há pouco, fruto de um trabalho que fizemos nesta casa. Eu não poderia deixar de citá-la, antes de começarmos as votações.

“Planos de saúde: Lira entra em acordo com operadoras por suspensão de cancelamento de contratos. Órgão vinculado ao Ministério da Justiça notificou 16 operadoras de planos de saúde...”

Presidente, esse movimento começou quando, na semana passada, protocolamos uma ação coletiva, junto com o Movimento Orgulho Autista do Brasil, o Instituto Paz e o doutor Max Kolbe...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – O nosso intuito era garantir que as famílias conseguissem manter os contratos e os tratamentos de pessoas com autismo, doenças raras e outros. Os planos de saúde estavam cancelando unilateralmente os contratos das famílias. Às vezes, a pessoa estava em processo de tratamento voltado para o autismo, e eles avisavam que estavam cancelando o contrato.

Protocolamos a ação e conseguimos liminar no Distrito Federal, pela qual a Amil deveria pagar 50 mil reais por dia, caso não colocasse de novo as pessoas no plano de saúde. Conseguimos que esse movimento, que começou do Distrito Federal, se tornasse nacional e que as operadoras, enfim, respeitassem a legislação e os usuários dos planos de saúde.

Então, eu queria deixar esta fala, agradecendo a oportunidade e dizendo que a luta pelas pessoas com autismo sempre será nossa, com muito vigor e com muita disposição. Defenderemos sempre quem mais precisa, no Distrito Federal e no nosso país.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu só gostaria de esclarecer, para o deputado Pepa, o meu pedido para retirar esse projeto da pauta.

Esse projeto foi totalmente substituído por uma emenda de autoria do deputado Robério Negreiros. Ontem, até conversamos, visto que o deputado teve a gentileza de me ligar para explicar.

Nós sabemos a luta do deputado Pepa pelo setor de produção. Tenho certeza absoluta de que é um setor muito carente. Só que a emenda desvirtua o projeto. Entendemos que deva ser feito um projeto novo. Por quê? Porque ninguém perguntou para a população se ela quer ser sócia de grandes produtores, nem falou de onde será tirado o dinheiro para receber grandes produtores e grandes *shows*.

Outra coisa que foi falada foi que Brasília não tem estrutura para isso. Precisamos trazer investimento para haver estrutura em hotéis, aeroporto e restaurantes. É um projeto que entrou na pauta, sem entendermos. Estamos pedindo a retirada do projeto da pauta, para que possamos analisá-lo melhor e fazer com que o projeto original seja votado na forma sugerida pelo autor.

(Soa a campanha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, vou concluir, rapidamente.

A emenda substituiu tudo, achamos isso muito estranho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, deputada.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

Em seguida, iniciaremos o processo de votação. (Palmas.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, acatando a sugestão da deputada Paula Belmonte e do deputado Fábio Félix, colocaremos o item nº 99, Projeto de Lei nº 749/2023, para discussão na próxima reunião no Colégio de Líderes, segunda-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrestamento de 93 vetos da Ordem do Dia e apreciarmos as demais matérias nas sessões ordinária e extraordinária. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, solicito ao secretário, deputado Ricardo Vale, que proceda à leitura do primeiro item da pauta.

Item nº 102:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.121/2014 (*sic*), de autoria do Poder Executivo, que "Cria a Gratificação de Agente Comunitário de Saúde e altera a tabela de vencimento básico do cargo de Agente Comunitário de Saúde, da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, do quadro de pessoal do Distrito Federal".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CESC, a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, deputado Gabriel Magno, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Gabriel Magno, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.121/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Cria a Gratificação de Agente Comunitário de Saúde e altera a tabela de vencimento básico do cargo de Agente Comunitário de Saúde, da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, do quadro de pessoal do Distrito Federal".

Presidente, diante de vossa excelência, na semana passada, no auditório desta casa, com todos esses trabalhadores, eu anunciei que o parecer da CESC estava pronto. Ele é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.121/2024, sem emendas, porque é fruto da luta e da negociação do sindicato com o Governo do Distrito Federal, que faz jus hoje e valoriza os agentes comunitários de saúde.

Aprovamos o projeto na Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Esse é o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarílio – que também muito lutou para que chegássemos a este estágio – que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

Parabéns, deputada, pela sua dedicação.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarílio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, vou emitir parecer daqui para poder olhar para os trabalhadores, porque não é sempre que temos pautas tão positivas e tão importantes aqui.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.121/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Cria a Gratificação de Agente Comunitário de Saúde e altera a tabela de vencimento básico do cargo de Agente Comunitário de Saúde, da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, do quadro de pessoal do Distrito Federal".

A gratificação será paga aos servidores ocupantes do cargo efetivo de ACS a título de incentivo pelo desempenho dos seus trabalhos prestados à população e ao Sistema Único de Saúde, em caráter permanente, no valor de R\$2.000,00.

Além disso, a proposição visa alterar a tabela de vencimento básico do cargo de Agente Comunitário de Saúde, para cumprir a Lei nº 5.237, de 16 de dezembro de 2013, a partir de 1º de

janeiro de 2025.

Destaca-se que o modelo atual do Sistema Único de Saúde é tecnicamente inviável. Não há orçamento possível para a cobertura da APS na LOA. Segundo informações disponíveis no Ministério da Saúde, a cobertura atual da APS é de 69,23%, o que significa que mais de 30,77% da população do Distrito Federal, que correspondem a 866.909 pessoas, não têm acesso à Estratégia de Saúde da Família, o que resulta em um aumento exponencial das unidades de saúde com atendimentos de urgências e emergências, que ficam sensíveis à falta de atuação da APS.

Ressalta-se que a implantação de novas equipes de saúde da família precisa ser priorizada, com a atuação efetiva de atenção primária e a presença do ACS, que é imprescindível nessa atuação.

Assim, valorizar os servidores que já fazem muito pela APS é importante demais. Dessa forma, a proposta é extremamente meritória, uma vez que busca resolver uma situação desigual e reconhecer o trabalho desses profissionais que exercem um trabalho de extrema relevância à população do DF.

Eu também queria mencionar que este projeto é fruto de muitos anos de luta, de construção e de diálogo de uma categoria que foi muito unida e muito aguerrida. Essa mesma categoria precisou entrar em greve quando não havia mais nenhuma alternativa para ser adotada naquele momento, mas também sempre esteve aberta ao diálogo, e foi muito sensível à suspensão da greve quando precisou dialogar e pactuar com o Governo do Distrito Federal.

Eu queria parabenizar todos vocês, principalmente na presença do próprio sindicato, que está aqui e que foi muito aguerrido, representado tanto pelo Iuri como pelo Francisco, que estão muito elegantes, inclusive.

Hoje, vemos a justiça e a luta histórica serem reconhecidas neste plenário.

Desta forma, diante da relevância desta proposição, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, quanto aos aspectos de mérito, com muita alegria, manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.121/2024.

Vitória! Parabéns! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, designo o deputado Jorge Vianna.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.121/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Cria a Gratificação de Agente Comunitário de Saúde e altera a tabela de vencimento básico do cargo de Agente Comunitário de Saúde, da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, do quadro de pessoal do Distrito Federal”.

O relatório tem 30 páginas. Ele conta toda a história de vocês. Mas, na verdade, vocês não querem saber de conversa com os deputados. Vocês querem é aprovar este projeto bem rápido.

Em consideração a vocês, a quem está lá fora esperando, e a todo mundo, esta comissão é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.121/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Parabéns, deputado Jorge Vianna.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.121/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Cria a Gratificação de Agente Comunitário de Saúde e altera a tabela de vencimento básico do cargo de Agente Comunitário de Saúde, da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, do quadro de pessoal do Distrito Federal”.

Senhor presidente, compete à Comissão de Constituição e Justiça analisar a juridicidade, a técnica legislativa e admissibilidade do projeto.

O projeto é admissível, juridicamente está amparado e, constitucionalmente, é legítimo.

É o nosso voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu só queria informar que hoje o deputado Joaquim Roriz Neto sentiu-se mal ao longo da reunião da Comissão de Orçamento. Sua excelência encontra-se no serviço médico da Câmara Legislativa e pediu para que nós avisássemos que ele não está aqui no plenário votando por conta dessa enfermidade, mas que apoia o projeto.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu gostaria de fazer uma correção. No meu relatório eu falei só pela aprovação, na verdade é pela admissibilidade e aprovação do PL nº 1.121/2024. Que isso fique registrado nas notas taquigráficas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está retificado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.121/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu peço a vossa excelência – o projeto já está incluso na pauta –, que coloque em votação o item nº 145, referente ao título de cidadã honorária de Brasília *post mortem*, à senhora Regina Santos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação de vossa excelência.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.122/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Cria a Gratificação de Execução de Políticas Ambientais (GEPA), a ser concedida aos servidores efetivos lotados e em exercício no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer. Foi apresentada 1 emenda de plenário. A CDESCTMAT, a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e sobre a emenda.

Solicito ao presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, deputado Daniel Donizet, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Senhor presidente, designo a deputada Paula Belmonte.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Paula Belmonte para emitir parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, nós fomos pegos de surpresa, o presidente da comissão deveria estar aqui. Vou solicitar à assessoria para providenciar isso. (Pausa.)

A informação que eu recebi é que se trata de um projeto extrapauta e que ainda não tivemos acesso a ele; portanto, se vossa excelência puder colocá-lo como último item da pauta...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não é sobre vocês, não, é um projeto do Ibram, só para deixar claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Paula Belmonte, é esse mesmo. É o projeto dos servidores do Ibram que aqui se encontram.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ah, é porque eu estou sem o projeto, presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Paula Belmonte, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Fiquei sabendo que hoje vocês fazem aniversário! Hoje também é aniversário de uma assessora muito querida, a Natália, bem como do Willemann. Este é um dia especial para esta casa.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.122/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Cria a Gratificação de Execução de Políticas Ambientais (GEPA), a ser concedida aos servidores efetivos lotados e em exercício no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, somos favoráveis à aprovação da matéria com a emenda apresentada.

É o voto, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço à deputada Paula Belmonte, ao mesmo tempo em que agradeço a presença de todos os servidores do Ibram. Parabéns pela luta, em especial ao presidente, meu amigo ex-deputado Rôney Nemer, companheiro desta casa, que tem feito um trabalho brilhante à frente do Ibram e que vem conseguindo responder às necessidades da população do Distrito Federal em um tempo muito rápido. Parabéns ao senhor e a todos os servidores do Ibram! É mais do que justa esta homenagem.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

A presidência designa o deputado João Cardoso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado João Cardoso, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

O deputado João Cardoso que é da carreira, em breve, em razão do avançar da idade, vai se aposentar.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, graças a Deus foi com muito trabalho.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1122/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Cria a Gratificação de Execução de Políticas Ambientais (GEPA), a ser concedida aos servidores efetivos lotados e em exercício no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos favoráveis à aprovação da matéria com a emenda apresentada.

É o voto, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso. Parabenizo-o por tudo o que foi feito por vossa excelência, como deputado, pelo Ibram e pela população do Distrito Federal. É motivo de muito orgulho tê-lo como amigo e como servidor do Ibram.

Parabéns! Muito obrigado!

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados. (Palmas.)

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, designo o deputado Jorge Vianna.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.122/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Cria a Gratificação de Execução de Políticas Ambientais (GEPA), a ser concedida aos servidores efetivos lotados e em exercício no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Senhor presidente, aprovamos rápido esse projeto dos ACS porque essa história é longa! Ninguém mais aguenta ouvir falar deles.

Quero, primeiro, falar para os senhores que esse cara chamado Eduardo Pedrosa tem um coração gigante. Ele poderia, inclusive, fazer todas as relatorias, por ser presidente, mas parece que existe uma vaidade muito forte entre os presidentes em não querer passar para os demais membros. Fica parecendo que é só o presidente que faz relatórios nesta casa. É muito feio isso! Mas, enfim, esse presidente, não. Ele passa o relatório de acordo com as habilidades ou até mesmo com a relação que o parlamentar tem com as categorias.

Evidentemente, não tenho nenhuma relação muito próxima a vocês, mas faço questão de relatar projetos de servidores, porque sou servidor também! Então, para mim é sempre um prazer falar e ser a última voz da CEOF se é para conceder algum tipo de reajuste para os servidores.

Deputado Eduardo Pedrosa, obrigado, meu amigo! Inclusive, há comissão nesta casa da qual faço parte que nem sequer me chama para fazer algum tipo de averiguação ou algum tipo de fiscalização. Então, acho que está faltando um pouco mais de bom senso por parte dos parlamentares em incluir parlamentares que são de pastas para discutir. Eu já falei várias vezes que não sou um deputado da base ou da oposição. Sou um deputado que tenho o meu bom senso. Eu posso contribuir muito com os demais parlamentares caso queiram a contribuição desse humilde deputado.

Presidente, o projeto de lei visa a criação da gratificação por execução de políticas ambientais fixada no valor de R\$1.500,00 a ser concedida aos servidores efetivos lotados em exercício no Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental.

A emenda apresentada apenas acrescenta a cláusula revogatória ao projeto de lei. A matéria está acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal e reúne as condições necessárias para a sua aprovação no âmbito desta comissão, razão pela qual votamos pela sua admissibilidade, com a emenda nº 1.

É o parecer.

Parabéns, presidente! Parabéns, categoria!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Deputado Jorge Vianna, depois vou verificar o que está acontecendo, porque, na grande maioria das vezes, eu tenho visto os presidentes passarem as relatorias para os seus deputados. Se está acontecendo alguma coisa com relação a vossa excelência, eu, como presidente desta casa, vou descobrir o que é. Na medida do possível, eu tenho acompanhado e tenho percebido que essa distribuição está acontecendo. Então, caso exista alguma coisa que mereça uma análise nossa, a faremos.

Agradeço ao deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUI) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.122/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Cria a Gratificação de Execução de Políticas Ambientais (GEPA), a ser concedida aos servidores efetivos lotados e em exercício no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Presidente, alguns deputados estão dizendo que não conhecem a matéria; portanto, irei ler o projeto. São 4 artigos.

“A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica criada a Gratificação por Execução de Políticas Ambientais a ser concedida a servidores efetivos ativos, lotados e em exercício no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental.

§ 1º A gratificação de que trata o *caput* deste artigo será fixada no valor de R\$1.500,00.

§ 2º A gratificação criada na forma do *caput* integrará a base de cálculo da remuneração de férias e gratificação natalícia.

Art. 2º A Gratificação por Execução de Políticas Ambientais (GEPA) não será incorporada aos vencimentos nem aos proventos de aposentadoria ou pensão, como também não servirá de base de cálculo de qualquer benefício, adicional ou vantagem, com exceção da remuneração de férias e gratificação natalícia.

Art. 3º Despesas decorrentes da aplicação desta lei correm por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar do mês subsequente.”

A Emenda nº 1 vem e acrescenta um artigo, que é o artigo 5º: “Revogam-se as disposições em contrário”.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o nosso voto é pela admissibilidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.122/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix para discutir.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria registrar os parabéns ao deputado Chico Vigilante pelo seu relatório. Eu quero parabenizar também os servidores do Ibram por essa luta. Não há fiscalização ambiental bem-feita se não existir a valorização dos trabalhadores que atuam nessa pasta. Então, é importante que haja a fiscalização. É importante que a questão ambiental seja respeitada, priorizada.

Por isso quero parabenizar, além dos servidores, o presidente Rôney Nemer, que veio, respeitosamente, a esta casa pedir que o projeto de lei fosse aprovado. Assim o será neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.122/2024 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, vamos inverter e votar logo, em segundo turno, os projetos dessas 2 carreiras que estão aqui, para liberamos essas pessoas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Jorge Vianna, o que há aqui será muito rápido, pois as matérias já estão com a tramitação concluída. Vamos gastar mais 3 minutos. Quando formos votar essas matérias, já votaremos tudo.

DEPUTADO JORGE VIANNA – São só 2 projetos?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – São só 2 projetos.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Então, está bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço a compreensão de vossa excelência e seu coração mole de sempre. Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Item nº 93:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.084/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA-DF a criar o Banco de Alimentos do Distrito Federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CPRA, a CDESCTMAT, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Lembro que foram apresentadas 2 emendas de plenário à proposição.

Solicito ao relator, deputado Pepa, que emita parecer da Comissão de Produção Rural e Abastecimento sobre a matéria.

DEPUTADO PEPA (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Produção Rural e Abastecimento ao Projeto de Lei nº 1.084/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA-DF a criar o Banco de Alimentos do Distrito Federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e dá outras providências”.

Conforme o art. 2º da proposição, “o Banco de Alimentos do Distrito Federal é administrado pela CEASA-DF, onde será mantida sua sede”. O mesmo dispositivo estabelece as competências da Ceasa, entre elas: o registro do estatuto social e eleição dos membros da diretoria executiva e do conselho fiscal; manter o corpo funcional do Banco de Alimentos; realizar licitações, chamamentos e parcerias.

O art. 3º lista as finalidades do Banco de Alimentos do Distrito Federal, em que se incluem: promover a segurança alimentar e nutricional no DF e na Ride; arrecadar e distribuir alimentos de qualquer espécie, com exceção de bebidas alcoólicas; fomentar programas e projetos de combate à fome e à desnutrição; formalizar parcerias com o poder público ou privado de qualquer esfera; coibir o desperdício de alimentos; fazer campanhas junto à sociedade para estimular a doação de alimentos; receber doação de recursos públicos ou privados.

Por sua vez, o art. 4º dispõe que “as aquisições promovidas pelo Banco de Alimentos devem seguir suas finalidades e ser feitas através de chamamento público, atendendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Por fim, o art. 5º determina que “o Banco de Alimentos deve compartilhar com o Poder Público, sempre que for requerido, as informações referentes aos atendimentos realizados e demais informações pertinentes à Política de Segurança Alimentar e Nutricional”.

Portanto, no âmbito da CPRA, somos pela aprovação do mérito da referida proposição com as Emendas nºs 1 e 2.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pepa.

Estamos discutindo uma matéria relativa ao projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer obteve 17 votos favoráveis.

Está aprovado.

Solicito à vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, deputada Paula Belmonte, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, deixe-me explicar a situação real que está acontecendo. Nós estamos falando do Banco de Alimentos da Ceasa. O que acontece? O presidente deputado Daniel Donizet está doente, apresentou um atestado médico, e não há ninguém da comissão. Eu não costumo relatar um projeto sem conhecê-lo. Houve 2 emendas que eu não conhecia ainda. A minha assessoria fez um parecer dizendo que tem impacto orçamentário. A deputada Jaqueline Silva está dizendo que não tem, e eu quero acreditar nisso.

Então, peço para algum suplente relatar esse projeto, porque eu não tenho segurança para relatar com essa responsabilidade. Por isso, peço a um suplente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo que faça a relatoria. Ou, se o deputado Eduardo Pedrosa...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estão dizendo que o deputado Martins Machado é suplente.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, quero aproveitar, enquanto está se resolvendo essa situação, para dizer que tanto o Mesa Brasil quanto o Banco de Alimentos são essenciais para a nossa população. A população precisa, sim, ser atendida. As instituições precisam ser atendidas. Então, eu acho uma iniciativa muito boa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre o Projeto de Lei nº 1.084/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA-DF a criar o Banco de Alimentos do Distrito Federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e dá outras providências”.

Presidente, quero, mais uma vez, agradecer a disponibilidade dos nossos deputados e de vossa excelência. Eu quero, no momento apropriado, falar um pouco mais do Banco de Alimentos.

No âmbito desta comissão, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.084/2024 e das 2 emendas apresentadas.

É o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Jaqueline Silva.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer obteve 17 votos favoráveis.

Está aprovado.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Estou sendo informado de que a matéria não passa pela Comissão de Assuntos Sociais.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, designo a deputada Jaqueline Silva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.084/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA-DF a criar o Banco de Alimentos do Distrito Federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e dá outras providências”.

Obrigada, presidente. Quero agradecer também ao presidente da comissão, deputado Eduardo Pedrosa, a possibilidade de relatar esse projeto. Eu o faço de forma muito tranquila porque tenho certeza absoluta de que o projeto não trará impacto. Nós estamos fazendo uma excelente entrega.

Quanto aos aspectos técnicos, o projeto não encontra impedimento para aprovação, haja vista que estão em consonância com as normas orçamentárias e financeiras vigentes que regem o Distrito Federal.

Quanto à sua admissibilidade, restam atendidos os arts. 71 a 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governo do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, manifesto voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.084/2024 e das emendas nºs 1 e 2 apresentadas.

Esse é o nosso voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Jaqueline Silva.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer obteve 17 votos favoráveis.

Está aprovado.

Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, na verdade o que se faz aqui é a alteração de uma lei já existente. Existe a Lei do Banco de Alimentos, de autoria do ex-deputado Joe Valle, e o que está sendo alterado é que o Banco de Alimentos poderá comprar alimentos.

Deputada Paula Belmonte, se se vai comprar alimentos, logo haverá impacto financeiro; se fosse para continuar recebendo de graça, não haveria impacto. Se eu der o parecer aqui, eu vou dá-lo contrário à aprovação do projeto.

Senhor presidente, designo o deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.084/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA-DF a criar o Banco de Alimentos do Distrito Federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e dá outras providências”.

O meu voto é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.084/2024, com acatamento das 2 emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu peço que sejam lidas as emendas.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Vai ser necessário passar a relatoria para outro relator, porque uma das emendas é de minha autoria. Não vou poder relatá-la.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A presidência designa o deputado Iolando para emitir parecer sobre as emendas.

Solicito ao relator, deputado Iolando, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas ao projeto.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas ao Projeto de Lei nº 1.084/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza as Centrais de Abastecimento do

Distrito Federal – CEASA-DF a criar o Banco de Alimentos do Distrito Federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e dá outras providências”.

Obrigado pelo deferimento, meu amigo.

Presidente, nós somos pela admissibilidade da Emenda nº 1, aditiva, e da Emenda nº 2, modificativa. Esse é o relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.084/2024.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando. Eu tenho muito orgulho de tê-lo como líder do MDB.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.084/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 100:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 48/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal”.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para recomposição do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estão presentes 16 deputados.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu não poderia deixar de registrar que quem está garantindo a votação aqui é o bloco de oposição. São 6 deputados. Só há 16 na casa. Se nós não estivéssemos aqui, só haveria 10. Logo, não se votaria nada.

Há alguns deputados – inclusive que não estão aqui – que, muitas vezes, pressionam vossa excelência, levam fuxico para o governador. Por isso, é importante ficar claro que somos nós que estamos garantindo que haja apreciação de projeto do governo. Que o governador tome conhecimento disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Eu sou testemunha da oposição séria e responsável feita por essa casa. Como eu vim de outros mandatos, vossa excelência sabe disso, fui vice-presidente da casa e a presidi, posso testemunhar o que vossa excelência está dizendo.

Eu tenho muito a agradecer aos deputados da base, tenho muito a agradecer aos deputados

da oposição, que têm feito um trabalho espetacular em favor da população do Distrito Federal. Fica aqui o meu registro.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu tinha apresentado um debate no Colégio de Líderes sobre esse item. Eu peço que possamos levá-lo para a próxima semana. Eu explico o motivo.

O projeto trata da redução da alíquota do ISS de 5% para 3%. Ele argumenta que não há impacto porque quem já está no 3%, que corresponde às hospedagens... O resto estaria todo no Simples Nacional, então, não haveria impacto. Não é verdade. Quando fazemos um levantamento no sistema do próprio governo, encontramos algumas empresas que não fazem a opção pelo Simples. Eu posso até ler o CNPJ delas pois o dado está aberto na minha frente.

Eu gostaria de pedir para o governo apresentar, de fato, os dados e os impactos. Ainda acrescento mais, porque foi vetada pelo governador, no PLC nº 109, a redução da alíquota de ISS dos catadores para 2%, o que poderia ser incluído nesse. Os catadores prestam um serviço social importante para a cidade nas áreas de meio ambiente, de produção, inclusive, de melhoria do bem-estar da população.

Então, eu gostaria de pedir para retirar de pauta, já que o governo não apresentou explicações. E, como eu disse, não é verdade que todo mundo que está no sistema faz opção pelo Simples Nacional. Além disso, no texto não há o impacto financeiro da proposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel.

Quero ouvir o líder do governo, deputado Robério Negreiros. Como vossa excelência se manifesta?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Acatamos o adiamento. O governo vai colocar as informações.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – De acordo com a liderança do governo, solicito, portanto, a retirada de pauta do item nº 100, solicitando que seja incluído na discussão do Colégio de Líderes da próxima segunda-feira.

Eu agradeço.

Item nº 123...

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é difícil até fazer alguma defesa do governo.

Hoje, dia 28, nós teríamos uma reunião – o nós que eu falo é o sindicato dos auxiliares e técnicos de enfermagem, o Sindate – com o secretário de economia.

Essa reunião me parece que vai ser desmarcada.

Olha, tínhamos uma reunião marcada há mais de 15 dias. Essa reunião seria feita hoje, justamente, para a área da economia nos mostrar os impactos de uma reivindicação antiga da categoria que é a redução de 25% para 18%, e mais o reajuste. Ou seja, não fizeram. Provavelmente não haverá essa reunião.

Então fica aqui a minha indignação com o governo nesse sentido, porque eu fico muito feliz em aprovar reajuste para todos e sempre farei isso, mas fico muito triste em saber que tantas outras categorias, inclusive a minha, não têm reajuste há mais de 10 anos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quero parabenizar o deputado Jorge Vianna e me somar à vossa excelência, deputado. Inclusive, ajudei a marcar essa reunião. Esperava que ela acontecesse. Vossa excelência nos representa nesse processo. Vou verificar o que aconteceu. Se, realmente, houve o cancelamento; e se se cancelou, tem que haver um motivo que justifique isso. Gostaríamos de saber também se há uma nova data. Acho que o mais importante é isso.

Deputado Jorge Vianna, vossa excelência tem razão. Vossa excelência é muito cobrado pela sua categoria. Nós somos muito cobrados. Portanto, vou verificar o que exatamente aconteceu.

Fica aqui o nosso compromisso, pedindo, inclusive, ao líder do governo; aos representantes da Casa Civil; ao Maurício, que está sempre nos ajudando, e ao Hugo... Eu não estou vendo o Maurício. Desculpa Maurício, eu não tinha visto você. Perdão. Gostaria de solicitar aos senhores o seguinte: verifiquem junto a Secretaria de Economia se, de fato, essa reunião foi desmarcada e se já há uma nova data. O deputado Jorge Vianna tem toda a razão.

De antemão agradeço ao secretário Maurício.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero pedir a vossa excelência que possamos votar agora, imediatamente, o segundo turno das proposições que já foram votadas e os requerimentos.

Inclusive quero pedir a vossa excelência a inclusão do requerimento de minha autoria. Ele foi lido. O requerimento trata da questão do Detran, no Shopping Popular.

Peço que votemos agora os projetos em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Faremos isso, deputado.

Há um projeto de autoria do deputado Ricardo Vale cuja apreciação é extremamente importante, em razão do prazo. Será semana que vem. Precisamos aprová-lo. Vou encaminhar a apreciação dessa matéria. Depois, apreciaremos os projetos em segundo turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação do deputado Chico Vigilante.

Item nº 123:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 811/2023, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui e integra, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, o Dia da Advocacia Trabalhista”.

A tramitação da matéria está concluída.

Em discussão o Projeto de Lei nº 811/2023, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 16 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Conforme foi solicitado pelo deputado Chico Vigilante, passaremos para a apreciação das matérias em segundo turno. (Palmas.)

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno, em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, convoco as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato após esta sessão ordinária, para a discussão e a votação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

– Item nº 1: Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.121/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Cria a Gratificação de Agente Comunitário de Saúde e altera a tabela de vencimento básico do cargo de Agente Comunitário de Saúde, da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, do quadro de pessoal do Distrito Federal”;

– Item nº 2: Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.122/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Cria a Gratificação de Execução de Políticas Ambientais (GEPA), a ser concedida aos servidores efetivos lotados e em exercício no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, e dá outras providências”;

– Item nº 3: Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.084/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA-DF

a criar o Banco de Alimentos do Distrito Federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e dá outras providências”;

– Item nº 4: Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 811/2023, de autoria do deputado Ricardo Vale, que “institui e integra, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, o Dia da Advocacia Trabalhista”.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, nos termos do art. 120 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h31min.)

Observação: Nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

Agetran – Associação dos Técnicos de Trânsito do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
Abrape – Associação Brasileira dos Promotores de Eventos
ACS – Agente Comunitário de Saúde
APS – Atenção Primária à Saúde
Asder – Associação dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
Assaap – Associação dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
Assender – Associação dos Engenheiros do DER-MG
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
Caps – Centro de Atenção Psicossocial
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CDESTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo
Ceasa – Centrais de Abastecimento
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Coren – Conselho Regional de Enfermagem
CPRA – Comissão de Produção Rural e Abastecimento
DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
Gepa – Gratificação de Execução de Políticas Ambientais
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Inas – Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISS – Imposto Sobre Serviços
LOA – Lei Orçamentária Anual
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PUBG – PlayerUnknown’s Battlegrounds
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SES-DF – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Sindate – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem no Distrito Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UPSA – Urbanizadora Paranoazinho
UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 29/05/2024, às 13:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1688704** Código CRC: **64666D9B**.